



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil



ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 1

“INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



EIXO 1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA

MR1.1. - A integração latino-americana em perspectiva histórica

EMENTA

Esta mesa-redonda/GT analisará a história da integração latino-americana. Seus eixos temáticos são: (i) Fases da integração latino-americana. (ii) Origens e evolução dos processos de integração latino-americanos: semelhanças e diferenças. (iii) O nacional-desenvolvimentismo e o ideal da integração latino-americana nos anos 1950-1960. (iv) A integração latino-americana e o ciclo autoritário dos anos 1970-1980. (v) A integração latino-americana e a globalização neoliberal dos anos 1990. (vi) A nova esquerda e a integração latino-americana nos anos 2000.

Coordenador: George Sturaro: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA – BRASIL)

Amado Luiz Cervo: Universidade de Brasília e Instituto Rio Branco - (UNB/IRBR- BRASIL)

Mario Rapoport: Universidad de Buenos Aires - (UBA- ARGENTINA)

André Luiz Reis da Silva: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - (UFRGS – BRASIL)

Osvaldo Luis Angel Coggiola: Universidade de São Paulo (USP – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

GRUPO DE CONTADORA E APOIO: A EXPERIÊNCIA MULTILATERAL PARA A PAZ NA AMÉRICA CENTRAL (autor(es/as): **Ariane de Oliveira Saraiva**).

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA RODOVIA INTEROCEÂNICA PARA A CIDADE DE PORTO-VELHO (autor(es/as): **Fernando Corrêa dos Santos**).

O CARÁTER INTERNACIONALISTA DA REVOLUÇÃO CUBANA, SEGUNDO O PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNESTO CHE GUEVARA (1959-1967) (autor(es/as): **Kauê Carlino Sichinel**).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE ECONÔMICO CEPALINO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (autor(es/as): **Vinicius Figueiredo Silva**).

MR1.2. - A economia política da integração regional latino-americana

EMENTA

A mesa-redonda examinará os problemas políticos e econômicos dos diferentes processos de integração latino-americanos em perspectiva comparada. A mesa pretende refletir sobre: (i) a natureza intergovernamental da maioria dos processos de integração regional na América Latina; (ii) o papel das instituições supranacionais e intergovernamentais nas experiências de integração regional; e (iii) as assimetrias econômicas existentes entre os países latino-americanos e seus reflexos sobre o andamento dos processos e das propostas de integração regional.

Coordenador: Alexsandro Eugenio Pereira – Universidade Federal do Paraná (UFPR-BRASIL)

Rafael Freire: Central Sindical das Américas (CSA- BRASIL)

Marcelo de Almeida Medeiros: Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE-BRASIL)

Luiz Daniel Jatobá França: Universidade de Brasília - (UNB-BRASIL)

Paulo Roberto de Almeida: Ministério das Relações Exteriores do Governo Brasileiro - (MRE-BRASIL)

CHINA E MERCOSUL: REFLEXOS DE UMA RELAÇÃO (autor(es/as): **ADRIANA SOUZA BENATTI**).

MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ESTUDAR A SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA (autor(es/as): **ALEXANDRE ANDREATTA**).

INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA GLOBALIZAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE EQUIDADE SOCIOECONÔMICA E SIMBÓLICA (autor(es/as): **Edson Capoano**).

FLUXOS COMERCIAIS NA FRONTEIRA COM O PARAGUAI (autor(es/as): **ELOISA MAIESKI ANTUNES**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011). (autor(es/as): **marcello de souza Freitas**).

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO MERCOSUL: INSTRUMENTOS LEGAIS E REALIDADE (autor(es/as): **Fabiane Mesquita**).

A governança global da cooperação internacional para o desenvolvimento: uma análise das instituições, da participação e da eficácia (autor(es/as): **Diego Henrique da Silva Baptista**)

MR1.3. Cenários e tendências da integração latino-americana

EMENTA

Desafios e oportunidades da integração latino-americana no futuro próximo. A integração regional na visão das "novas esquerdas". O papel dos partidos políticos e dos movimentos sociais na integração regional. A integração das economias e da infra-estrutura. "Novos temas" da integração regional: democracia, direitos humanos e justiça social. O papel da integração regional nas relações da América Latina com o resto do mundo.

Coordenadora: Karla Gobo – Faculdade Internacional de Curitiba - (FACINTER - BRASIL)

Rafael Duarte Villa: Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Marcelo Coutinho: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (UESP/UERJ - BRASIL)

Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha): Parlamento do MERCOSUL – (PARLASUL – BRASIL)

Robson Cardoch Valdez: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE NO MERCOSUL: O PAPEL DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA A NÍVEL CULTURAL (autor(es/as): **Ariane Saraiva**)

SEGURANÇA INTERNACIONAL: A participação latino-americana no caso haitiano no Conselho de Segurança (autor(es/as): **Caroline Cordeiro Viana e Silva**)

INTEGRAÇÃO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA: AVANÇOS E CONTINUIDADES DA INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA/2000-2010) (autor(es/as): **Danielle Rodrigues da Silva**)

INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL AMERICANA (IIRSA): UM ENFOQUE NAS ESTRADAS AMAZÔNICAS (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

O PAPEL DO MERCOSUL NA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA: UM BALANÇO PRELIMINAR E ALGUMAS HIPÓTESES (autor(es/as): **George Wilson dos Santos Sturaro**)

Caminhos para a integração: a concepção das Organizações Internacionais acerca da educação. (autor(es/as): **Tchella Fernandes Maso**)

MR1.4. A efetivação dos direitos fundamentais na América Latina

EMENTA

A presente Mesa Redonda/GT tem por finalidade debater a efetivação dos direitos fundamentais na América Latina. Os temas abordados serão: (i) as dificuldades de ordem política e econômica, entre outras, para a efetivação dos direitos fundamentais na região e (ii) a contribuição das organizações regionais para a efetivação dos direitos fundamentais nos seus Estados membros.

Coordenadores: Eduardo Biacchi Gomes - Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL - BRASIL) Cíntia de Almeida Lanzoni (PUC-PR - BRASIL)

Andrea Benetti Carvalho de Oliveira: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Francielle Morez: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Ronald Silka: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

Igor Koltun Rebutini: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

PRIORIDADES ATENDIDAS PELOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE NAS FRONTEIRAS (autor(es/as): **Carla Gabriela Cavini Bontempo**)

A QUESTÃO INDÍGENA E O ESTADO BRASILEIRO (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

O PACTO PELA SAÚDE NAS CIDADES-GÊMEAS DA FRONTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL COM A ARGENTINA E O URUGUAI (autor(es/as): **Lislei Teresinha Preuss**)

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO MERCOSUL (1991 – 2011) (autor(es/as): **Ludmila Andrzejewski Culpi**)



O CARÁTER INTERNACIONALISTA DA REVOLUÇÃO CUBANA, SEGUNDO O PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNESTO CHE GUEVARA (1959-1967)

Kauê Carlino Sichinel

Resumo

Michael Löwy, ao iniciar seu livro *O pensamento de Che Guevara*¹, afirma que “muitas biografias de Che já foram escritas, mas nenhuma analisa realmente com profundidade seu pensamento” (2002, pág. 17). A pequena crítica de Löwy se fundamenta na pouca visibilidade dada ao pensamento político de Ernesto Che Guevara, sobretudo no final da década de 1990, quando, motivado pela comemoração do trigésimo aniversário de sua morte (1997), houve um relativo aumento na produção bibliográfica referente à Guevara, destacando-se as três principais biografias já produzidas sobre sua vida: *Che Guevara: a vida em vermelho*, de Jorge Castañeda; *Che Guevara: uma biografia*, de Jon Lee Anderson; e *Ernesto Guevara, também conhecido como Che*, de Paco Ignacio Taibo II.

Löwy propõe, então, que se aborde Guevara a partir de posicionamentos teóricos do autor, expandindo a análise para além de sua prática guerrilheira, o que possibilita o reconhecimento da contribuição original do pensamento ao marxismo. Evidentemente que o pensamento de Guevara possui limitações, mas a coerência entre sua teoria e prática e a autonomia que desenvolveu, sobretudo a partir da Revolução Cubana (1959), tornam-no um dos casos excepcionais dentro do marxismo na América Latina.

Segundo Pericás (1998),

Guevara adaptou para o continente, de acordo com as contingências da época e região, um largo leque de direcionamentos, tanto de conduta pessoal como de política econômica, tendo seus textos a abrangência de temas que iam desde métodos para melhor eficácia em ações guerrilheiras, quanto análises sobre as relações entre países, a criação do *homem novo*, e a luta contra o imperialismo (pág. 151)

Guevara acreditava que a revolução socialista era viável e necessária, cabendo à Cuba “exportar” sua influência para a libertação dos demais países latino-americanos. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o pensamento político de Ernesto Che Guevara através de sua interpretação do caráter internacionalista da revolução cubana e de seu papel histórico de vanguarda para a luta revolucionária na América Latina, a partir da análise de seus escritos e discursos, relacionando-o com o contexto político latino-americano da década de 1960 e a influência ideológica do marxismo.



A revolução cubana foi um marco na história política latino-americana por ter sido “uma revolução democrática e popular fortemente marcada pela afirmação nacional e antiimperialista” e por ter rompido “com o esquema tacanho da orientação estalinista que, considerando o socialismo estabelecido em grande parte do mundo, defendia a atuação pacífica e etapista.” (BARSOTTO e FERRARI, 1998, pág. 140). Assim, era lógico o raciocínio de Guevara ao afirmar a relevância histórica da revolução cubana e sua posição de vanguarda dentro da perspectiva de internacionalização da revolução socialista na América Latina:

Houve uma mudança qualitativa na América, que é a de quem um dia é possível erguer-se em armas, destruir um exército opressor, implantar um novo exército popular, fazer frente ao monstro invencível, esperar o ataque do monstro e derrotá-lo também, e isso é algo novo na América. (GUEVARA, 1981, pág. 12)

A necessidade da internacionalização da luta revolucionária se justifica pela perpetuação da exploração imperialista no continente. Guevara via a realidade latino-americana, contemporânea a ele, como dominada pelo imperialismo estadunidense nas esferas econômicas, políticas e militares, afirmando que a “América é a praça de armas do imperialismo norte-americano” (GUEVARA, 1981, pág. 45) e que, devido ao elevado grau de exploração, em tal período histórico já estariam prontas as condições objetivas para as revoluções, cabendo aos movimentos guerrilheiros, enquanto vanguardas em seus respectivos países, iniciar os processos revolucionários através do desenvolvimento das condições subjetivas.

Kauê Carlino Sichinel é graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Grande Dourados; atualmente cursa a graduação em Bacharelado em História na mesma instituição e desde 2010 vem desenvolvendo pesquisas com temáticas relacionadas a Che Guevara.



1. A compreensão da singularidade cubana e da realidade latino-americana.

A radicalização do pensamento político de Che Guevara, bem como a intensificação de sua compreensão da necessidade de internacionalização da luta revolucionária, permitiu o desenvolvimento progressivo de certa autonomia em relação ao socialismo soviético, estando estritamente ligado à singularidade histórica da experiência cubana.

Nessa perspectiva, compreende-se a revolução cubana como um marco na história política latino-americana por ter sido “uma revolução democrática e popular fortemente marcada pela afirmação nacional e antiimperialista” e por ter rompido “com o esquema tacanho da orientação estalinista que, considerando o socialismo estabelecido em grande parte do mundo, defendia a atuação pacífica e etapista.” (BARSOTTI e FERRARI, *in* PERICÁS e BARSOTTI (orgs.) 1999, pág. 140).

Guevara interpretava a revolução cubana, e sua respectiva singularidade, dividindo-a em duas etapas distintas: “a etapa da ação armada até o primeiro de janeiro de 1959; e a transformação política, econômica e social que se seguiu.” (1987, pág. 71)

A primeira etapa diz respeito à guerrilha armada, quando “um grupo de homens, destruídos por um exército muito superior em técnica e equipamentos, conseguiu ir sobrevivendo” (1987, pág. 70), estruturou-se, fortaleceu-se ao se ligar aos camponeses, e, posteriormente, conseguiu derrotar militarmente tal exército regular². Enquanto a segunda etapa, iniciada em 1959, diz respeito ao início do governo revolucionário liderado por Fidel Castro que a partir 1961 (ano em que Fidel proclamou o caráter socialista de revolução cubana) dedicou-se à construção do socialismo adotando o marxismo e se ligando à URSS.

A interpretação da singularidade da revolução cubana na história da América Latina é relevante porque tem como consequência o estabelecimento de Cuba como vanguarda para a luta revolucionária no continente, que, por sua vez, é a manifestação ideológica e autônoma do internacionalismo de Guevara.

No artigo *Cuba: uma revolução excepcional ou vanguarda da luta anticolonialista*, datada de abril de 1961, Guevara aponta fatos que tornam a revolução cubana um fato excepcional na história latino-americana e outros que justificavam a posição cubana de vanguarda para a libertação da América Latina.

Guevara reconhece que houve singularidades no caso cubano que não se repetiriam a partir do triunfo de tal revolução³, mas também aponta que, a partir de condições objetivas⁴ e subjetivas⁵, todos os países da América Latina poderiam iniciar seus respectivos processos revolucionários.



Guevara interpretava o latifúndio como a perpetuação da presença imperialista na América Latina, eis a primeira condição objetiva. A mesma estrutura latifundiária que manteve o colonialismo europeu permitiu que, apesar da alteração na esfera política latino-americana oriunda das respectivas independências nacionais, se perpetuasse a condição econômica de subdesenvolvimento latino-americano pela grande concentração de terras por um número reduzido de indivíduos, constituintes das elites agrárias nacionais, e pela prática da monocultura. Em Guevara, a prática da produção monocultural é criticada pelo fato de que a monocultura pressupõe a existência de um único mercado consumidor, criando, assim, uma rede de dependência em que a posição de produtor é inferior a de consumidor/comprador. Segundo Guevara “um produto único, cuja venda incerta depende de um mercado único que impõe e fixa as condições, eis aí a grande fórmula de dominação econômica imperialista” (GUEVARA, 1987, pág. 150).

A legitimação da necessidade da internacionalização da luta revolucionária se justifica pela perpetuação da exploração imperialista no continente. Guevara via a realidade latino-americana, contemporânea a ele, como dominada pelo imperialismo estadunidense na esfera econômica, política e, inclusive, militar, afirmando que a “América é a praça de armas do imperialismo norte-americano” (GUEVARA, 1981, pág. 45) e que, devido ao elevado grau de exploração, em tal período histórico já estariam prontas as condições objetivas para as revoluções, cabendo aos movimentos guerrilheiros, enquanto vanguardas em seus respectivos países, iniciar os processos revolucionários através do desenvolvimento das condições subjetivas.

A relevância desse artigo está no fato de ser a primeira manifestação do amadurecimento intelectual de Guevara, contendo um relevante grau de autonomia em relação ao socialismo soviético ao destacar a necessidade de se adequar a revolução socialista à realidade latino-americana e de se internacionalizar a luta armada, através do método de guerrilha rural orientado por uma vanguarda armada ligada, sobretudo, ao campesinato, com a perspectiva de desenvolver a construção de um campo politicamente instável à dominação imperialista estadunidense, objetivando a reprodução da experiência cubana.

Na extensão de sua obra, e obviamente que com limitações, pois Guevara se preocupava mais com a experiência prática da luta armada que com a teorização do socialismo, buscará adaptar o marxismo ao seu contexto histórico e à realidade latino-americana, marcada por especificidades como a existência de burguesias nacionais latifundiárias, a dominação estadunidense de caráter imperialista e a imobilidade dos PCs derivada do autoritarismo ideológico imposto pela URSS segundo o stalinismo.



Em resposta ao quadro político desfavorável à revolução que sejam autônomas ideologicamente, Guevara afirmará que

as revoluções não se exportam. As revoluções nascem no seio dos povos. As revoluções são engendradas pelas explorações que os governos (...) exercem sobre os povos. Depois, pode-se ajudar ou não os movimentos de libertação; sobretudo, pode-se ajudá-los moralmente. Contudo, a realidade é que não se podem exportar revoluções. (GUEVARA, 1981, pág. 89)

Dessa forma, Guevara compreende que a revolução só pode ocorrer através da mobilização social interna de cada país, não cabendo a nenhum partido estrangeiro a definição do momento exato de quando ela poderia ocorrer, ao contrário do ocorrido com os PCs, subordinados à Moscou. Mas o próprio Guevara conclui ressaltando a condição de Cuba como favorável a qualquer movimento revolucionário⁶, pois

o povo de Cuba inteiro vibra cada vez que se comete uma injustiça, não apenas na América, mas no mundo inteiro. Nós podemos dizer o que tantas vezes dissemos do epigrama maravilhoso de Martí, de que todo homem verdadeiro deve sentir na face o golpe desferido em qualquer face de homem. (GUEVARA, 1981, pág. 89)

2.1. Passado, presente e futuro.

Em busca de legitimar a necessidade do caráter internacionalista da revolução, Guevara afirma que os países latino-americanos compartilhavam um passado comum que se perpetuava no presente e que, caso não fosse aproveitado aquele momento histórico, tido como favorável à revolução, prolongar-se-ia para o futuro. Assim, Guevara interpreta a cronologia da história latino-americana através da linearidade temporal, marcada pela perpetuação da dominação imperialista no continente, e da composição social unitária.

Guevara acaba por ignorar a relevância das singularidades presentes nas realidades nacionais, como afirma Moniz Bandeira que, “ao considerar os 20 países da América Latina uma só nação, que se fragmentara, Guevara menosprezou o grau de nacionalismo neles existentes” (pág.558). O que não significa que Guevara desconhecia as especificidades, mas que as menosprezava ao focar sua análise na política a partir do macro, dominação estadunidense de caráter imperialista, e não a cultura a partir do micro, o que o levaria a compreender o grau de diversidade das distintas composições sócio-culturais latino-americanas.

Para justificar a integração latino-americana, Guevara estipulava a existência de “laços comuns que nos unem: a língua que falamos, a cultura que sustentamos, o senhor comum que tivemos⁷” (GUEVARA, 1981, pág. 84). Evidentemente que ao se referir à pretensa similaridade lingüística e colonizadora, Guevara se refere à América espanhola, minimizando a relevância histórica de outros processos colonizadores (como o português,



o francês ou o inglês) e da pluralidade étnica dos povos autóctones do continente em prol da unidade identitária latino-americana.

Em seu discurso, as diferenças entre os países latino-americanos desaparecem ou são minimizadas e, em contra partida, as semelhanças são exaltadas para justificar a necessidade e possibilidade real de integração a partir da revolução socialista.

No entanto, na *Mensagem aos Povos do Mundo através da Tricontinental*⁸, Guevara reitera que

neste continente, fala-se praticamente uma língua, salvo o caso excepcional do Brasil. (...) há uma identidade tão grande entre as classes destes países que atingem uma identificação de tipo “internacional-americano” bem mais completa que em outros continentes: língua, costumes, religião e um senhor comum que os unem (GUEVARA, 1981, pág. 102).

Guevara insiste em destacar as pretensas similaridades latino-americanas menosprezando as singularidades, mas, tomando como objeto de análises os dois fragmentos previamente citados⁹, destaca-se a inserção do Brasil como parte integrante da América Latina e da percepção de um novo “senhor comum”.

Ao destacar a existência de “um senhor comum que os *unem*” (grifo nosso), conjugando o verbo unir no presente do indicativo, Guevara se refere a um “senhor” que dominaria, então, a América Latina, sendo distinto do “senhor” que a dominara no passado colonial (Espanha ou Portugal). Dessa forma, Guevara estipula a perpetuação da dominação imperialista no continente através da presença estadunidense, interpretado como “senhor comum que os unem” e reafirma a identidade latino-americana através da alteridade entre explorados (América Latina) e explorador (Estados Unidos da América). Assim, dominação imperialista é interpretada como um elemento que, simultaneamente, compõe a identidade latino-americana e impede sua integração.

A afirmação da pretensa unidade latino-americana somada à internacionalização da revolução socialista, tendo Cuba como vanguarda, evidencia não só a autonomia do pensamento político de Guevara em relação ao socialismo soviético como também demonstra seu rompimento particular com a política soviética.

2.2. Internacionalismo e rompimento com o socialismo soviético.

O antiimperialismo sempre foi uma característica do pensamento de Guevara, sendo o gênese de seu projeto de revolução continental, mas a radicalização definitiva de seu internacionalismo, baseado na criação de focos guerrilheiros simultâneos ao decorrer da América Latina, foi consequência de seu rompimento com a política soviética.



Segundo Besancenot e Löwy (2009), “de 1959 a 1967, o pensamento de Che não cessa de evoluir. Ele se afasta cada vez mais das ilusões iniciais sobre a URSS e sobre o marxismo de tipo soviético – ou seja, stalinista” (pág. 74) e completam afirmando que

percebe-se, de maneira mais explícita, sobretudo em seus escritos a partir de 1963, a rejeição crescente da “imitação e cópia” (para retomar a fórmula de Mariátegui) e a busca de um modelo alternativo. Ele tenta desenhar outra via para o socialismo, mais radical, mais igualitária, mais fraterna, mais humana, mais conforme à ética comunista (pág. 75).

Paco Ignacio Taibo II, um dos principais biógrafos de Che Guevara, também compreendeu o ano de 1963 como o começo das discordâncias entre Guevara e o modelo socialista soviético ao afirmar que “haveria de ser neste momento da sua vida que Che iniciará a polêmica contra o marxismo soviético em vigor, devido às discrepâncias em relação ao gerenciamento da economia” (1998, pág. 391)

Como tentativa de reaproximação entre o governo cubano e soviético, afetada pela Crise dos Mísseis (1962), Fidel Castro viajou para Moscou em abril de 1963 e “desde a visita de Castro, (...) as relações com a URSS desenvolveram-se com relativa tranquilidade, apesar das numerosas diferenças ideológicas e em questões de política internacional” (MONIZ BANDEIRAS, 1998; pág. 541). A consequência da reaproximação entre Cuba e URSS foi a definitiva sovietação da economia cubana, o que desagradava Guevara. Besancenot e Löwy, ao comentarem o debate econômico em Cuba, afirmam que

em 1963-1964, Guevara, que exercia as funções de ministro da Indústria, teve de enfrentar os partidários do modelo soviético, que queriam reforçar a autonomia financeira das empresas, permitindo assim o jogo do mercado. (...) Essa discussão o colocava contra o ministro do Comércio Exterior, comandante Alberto Mora, e o diretor do Instituto Nacional de Reforma Agrária, Carlos Rafael Rodríguez (2009, pág. 75).

De modos gerais, a crítica de Guevara à incorporação do modelo soviético residia na interpretação que no Bloco Socialista havia “fortalecimento da desigualdade social e na formação de uma camada privilegiada de tecnocratas e burocratas” (BESANCENOT e LÖWY, 2009, pág. 78) e que, “perseguindo a quimera de realizar o socialismo com as armas podres que nos legou o capitalismo, há o risco de chegar-se a um impasse”, assim, “para construir o comunismo, é preciso mudar o homem ao mesmo tempo em que se muda a base econômica” (GUEVARA, 1987, pág. 133).

As discordâncias com o socialismo soviético, iniciadas em 1963, atingirão um patamar irreversível a partir de 1964, quando Guevara romperá com a doutrina de “coexistência pacífica” praticada pela URSS durante a Guerra Fria.

Em novembro de 1964, em viagem à Moscou, Guevara





constatara que a fraqueza do *soi-disant* campo socialista decorria não apenas do magro potencial econômico, mas também da perversão do regime na URSS e nos países do Leste Europeu. No entender de Che Guevara, o pensamento na URSS, governada por uma gerontocracia, esclerosara-se, perdera o vigor intelectual e cultural (CORMIER *apud* MONIZ BANDEIRA, 1998, pág. 543).

No mês seguinte, durante a XIX Assembléia Geral da ONU, Guevara criticou publicamente a doutrina de “coexistência pacífica” ao afirmar que “como marxistas, hemos mantenido que la coexistencia pacífica entre naciones no engloba la coexistencia pacífica entre exploradores y explorados, entre opresores y oprimidos” (GUEVARA *apud* MONIZ BANDEIRA, 1998, pág. 547) e

Nasci na Argentina; isso não é segredo para ninguém. Sou cubano e também sou argentino e, se não se ofenderem as ilustríssimas senhorias da América Latina, sinto-me tão patriota da América Latina, de qualquer país da América Latina, como o maior deles e, no momento em que fosse necessário, estaria disposto a entregar minha vida pela libertação de qualquer um dos países da América Latina, sem pedir nada a ninguém, sem exigir nada, sem explorar ninguém. (GUEVARA, 1981, pág. 89)

O esgotamento definitivo da relação entre Guevara e a URSS foi consequência do discurso que pronunciou em fevereiro de 1965, durante o Seminário Econômico de Solidariedade Afro-Asiática, em Argel, quando, criticando a prática soviética de empregar leis capitalistas para negociar com os próprios países do Bloco Socialista, estipulando, assim, relações capitalistas entre países socialistas, afirmou que “si establecemos ese tipo de relación entre los dos grupos de naciones, debemos convenir en que los países socialistas son, en cierta manera, cómplices de la explotación imperial.” (GUEVARA *apud* MONIZ BANDEIRA, 1998, pág. 550)

A partir de então, a atitude crítica de Guevara descontenta a URSS ao ponto de criar uma situação inaceitável para ambas as partes: Guevara discordava totalmente do socialismo soviético e a URSS, por sua vez, não aceitava críticas cubanas.¹⁰

Guevara, depois do discurso de Argel, não mais teria, obviamente, condições de permanecer no governo revolucionário, dado que Cuba caíra na mais completa dependência em relação à URSS (...). Ademais, ele estava convencido, àquela altura, de que espalhar a outros países a luta antiimperialista era o modo mais eficaz de ajudar a própria revolução cubana. (MONIZ BANDEIRA, 1998, pág. 551)

Isolado no governo cubano desde 1965, Guevara decide reiniciar as atividades guerrilheiras com a perspectiva de por em prática seu projeto de internacionalização da revolução socialista, mas seu projeto coincide com a inviabilidade de iniciar a luta armada na América Latina.

Quando Che viaja para os Estados Unidos, no final de 1964, o projeto argentino já foi cancelado, o Peru sofre uma terrível repressão e o destino da guerrilha do MIR é incerto. Aparentemente, o projeto andino de Che está desarticulado. A situação da luta armada em outros lugares da América Latina não é nada melhor: a guerrilha venezuelana é um fracasso político, houve golpes militares no Brasil e na Bolívia, e na Colômbia a revolução agrária está isolada em Marquetalia.



Por enquanto, os caminhos parecem estar fechados. (TAIBO II, 2008, pág. 424)

Impedido circunstancialmente de lutar na América Latina, Guevara inicia a guerrilha no Congo, onde permanece entre os meses de abril e novembro de 1965. Como resultado do fracasso da experiência congoleza, opta definitivamente por lutar na América Latina, limitando-se a manifestar publicamente seu apoio a qualquer movimento de libertação.

Entre os meses de novembro de 1966 e outubro de 1967, buscou, através da guerrilha na Bolívia, por em prática seu projeto de revolução continental a partir da guerrilha rural. Segundo Pericás (2008),

como a intenção não era a revolução na Bolívia de inicia, mas sim criar um campo de treinamento em que colunas guerrilheiras saltariam para os países limítrofes, um local afastado, numa nação pouco preparada para o surgimento de um foco insurgente parecia seguro e, talvez, a melhor opção. (pág. 73)

Apesar do fracasso em não ter conseguido expandir os focos guerrilheiros a partir da Bolívia, tal experiência guerrilheira foi coerente com sua perspectiva de internacionalizar a revolução socialista a partir da criação de focos guerrilheiros simultâneos ao decorrer da América Latina manifestada na *Mensagem aos Povos do Mundo através da Tricontinental*.

Segundo María del Carmen Garcés,

el 17 de abril de 1967, se publicó en el periódico Granma el Mensaje del Che a la Tricontinental. Este manifestó escribió el Che antes de su partida y se hizo público cuando ya estaba en marcha la guerrilla en Bolivia, luego de que se produjeron los primeros combates (2011, pág. 125)

A *Mensagem* pode ser analisada como sua manifestação máxima a favor do internacionalismo revolucionário porque compreendia a necessidade da internacionalização da luta armada nos três continentes explorados pelo imperialismo¹¹

Guevara caracterizava a revolução continental como uma guerra total, sendo desdobrada nas esferas política, ideológica e militar, e a América Latina deveria seguir o exemplo do Vietnã pelo caráter antiimperialista de sua luta¹². E, nessa perspectiva de internacionalização da luta armada como resposta à internacionalização do imperialismo estadunidense, desenvolver-se-ia “um verdadeiro internacionalismo proletário; com exércitos proletários internacionais, onde a bandeira sobre a qual se lute seja a causa sagrada da redenção da humanidade” (GUEVARA, 1981, pág. 105), integralizando os continentes americano, africano e asiático, tendo o Vietnã como exemplo a se seguir:

Como poderíamos contemplar o futuro como luminoso e próximo, se dois, três, muitos Vietnãs florescessem na superfície do globo, com sua quota de morte e suas tragédias imensas, com seu heroísmo cotidiano, com seus golpes repetidos ao imperialismo, com a obrigação que implica para este, de dispersas suas forças, ao embate do ódio crescente dos povos do mundo inteiro. E, se todos fôssemos capazes de nos unirmos, para que nossos golpes fossem mais sólidos e certos, para que a ajuda de todo tipo aos povos em luta fosse



ainda mais efetiva, quão grande seria o futuro e quão próximo (GUEVARA, 1981, pág. 106)

O projeto de internacionalização da luta armada tinha simultaneamente o caráter internacionalista e integrador, compreendendo a necessidade de se integrar os países subdesenvolvidos a partir da internacionalização da revolução socialista, constituindo, assim, um novo bloco socialista.

A *Mensagem* foi a última manifestação relevante do pensamento político de Che Guevara e evidenciou sua contribuição original para a constituição do pensamento marxista latino-americano a partir de seu rompimento com o socialismo soviético, da perpetuação de seu caráter antiimperialista, e de sua insistente reivindicação em prol da internacionalização da revolução socialista através da guerra de guerrilhas.

Ao optar por enfatizar a prática da luta armada, Guevara deixou de lado o aprofundamento no marxismo¹³, o que limitou sua bagagem teórica, mas possibilitou que seu projeto de socialismo equiparasse as doutrinas marxistas às especificidades latino-americanas, conhecidas a partir do contato empírico.

Menosprezado erroneamente enquanto teórico marxista, Guevara poderia ser inserido como mais um dos “pensadores marginais” que Bernardo Ricupero (*in* PERICÁS e BARSOTTI, 1999, pág. 70) denomina ao se referir a José Carlos Mariátegui e Caio Prado Júnior e suas respectivas contribuições para a constituição do marxismo latino-americano justamente por se distanciar das doutrinas impostas pelo socialismo soviético e preservar as especificidades latino-americanas adequando a teoria marxista à realidade latino-americana, não o oposto, contribuindo com reivindicação de Mariátegui: “el socialismo debería ser en América creación heroica, no calco y copia” (MARIÁTEGUI *apud* RETAMAR, 2006, pág. 62).

3. Os sujeitos históricos da revolução continental de Che Guevara.

Guevara, sobretudo pela interpretação unitária da composição social latino-americana e pela influência marxista que o direcionava a preocupação central da prática revolucionária para a construção de sociedades socialistas, buscou elencar os sujeitos históricos capazes e não capazes de fazer a revolução.

O pensamento político de Guevara sempre foi coerente consigo mesmo, o que não significa que em algum momento se estagnou o direcionando a análises ortodoxas, mas que manteve uma linearidade interpretativa que se desenvolveu mantendo coerência com seus princípios fundamentais. Nessa perspectiva, o triunfo da revolução cubana fará com que Guevara interprete os pretensos processos revolucionários latino-americanos a partir



da experiência cubana. Assim, os sujeitos históricos da revolução continental serão percebidos a partir do ponto que se assemelham aos sujeitos históricos partícipes da revolução cubana.

Como marxista, Guevara compreendia a existência de classes no interior das sociedades latino-americanas e o antagonismo entre burgueses e proletários era sua base interpretativa. Mas, levando em conta a autonomia do pensamento de Guevara em relação ao socialismo soviético¹⁴, concordamos com a afirmação de Pericás que “Guevara elaborou um marxismo original, a partir das premissas mestres da doutrina. (...) Foi um dos poucos que representaram uma elaboração nova do marxismo no continente, e dos poucos que aplicaram na prática o que defendiam” (1998, pág. 161).

Assim, adequando o marxismo à realidade latino-americana e superando o socialismo soviético que, por sua vez, baseado no estalinismo, interpretava a revolução socialista como a etapa posterior à revolução burguesa, Guevara nega o caráter revolucionário da burguesia latino-americana:

Não se pode conceber que a construção do socialismo se inicie com partido de classe burguesa (...). Evidentemente, uma agrupação desse tipo só pode dirigir a luta em uma etapa de libertação nacional, até certos níveis e em determinadas circunstâncias. No momento seguinte, a classe revolucionária se converteria em reacionária e estabeleceria novas condições que obrigariam o surgimento do partido marxista-leninista como dirigente da luta revolucionária. E já – na América pelo menos – é praticamente impossível falar de movimentos de libertação dirigidos pela burguesia. (1987, p. 12)

Nesse ponto, a revolução cubana é fundamental para a compreensão da negação do papel revolucionário da burguesia. A afirmação de que “uma agrupação desse tipo (burguesa) só pode dirigir a luta em uma etapa de libertação nacional, até certos níveis e em determinadas circunstâncias” (1987, p. 12) é consequência do apoio burguês à revolução cubana até o momento que a conveio.

Segundo Guevara, “não acreditamos que houvesse alguma coisa de excepcional no fato de a burguesia ou, pelo menos, uma boa parte desta, haver-se mostrado favorável à guerra revolucionária contra a tirania”, sendo compreensível “que a burguesia nacional, arruinada pelo imperialismo e pela tirania, tenha visto com certa simpatia aqueles jovens das montanhas castigarem o exército mercenário” (1987, pág. 147). Isso evidencia o descontentamento burguês com o governo de Fulgência Batista e o apoio ao movimento guerrilheiro baseado na crença de que a revolução favoreceria a classe burguesa.

Mas o rompimento da burguesia com a política do governo revolucionário ocorre ainda ocorre “em janeiro de 1959”, quando “Fidel Castro assumiu a direção do governo, no cargo de primeiro-ministro” e em julho do mesmo ano com a “demissão do presidente Urrutia, sobre pressão das massas”. A partir de sua eleição, Fidel iniciará um governo de



transformações sociais baseado no combate ao capital estadunidense e aproximação à URSS¹⁵, o que afetava diretamente a burguesia cubana.

Impotente por não ter conseguido ocupar a direção da revolução, circunstancialmente excluída do governo revolucionário e tendo seu poder econômico afetado diretamente pelas estatizações e reformas agrárias e urbanas, a burguesia cubana desenvolveu o caráter reacionário, aliando-se ao capital estrangeiro, predominantemente estadunidense.

Guevara, reafirmando a posição de Cuba como vanguarda para a revolução latino-americana, afirma que “a revolução cubana polarizou forças; frente ao dilema povo ou imperialismo, as demais burguesias nacionais elegem o imperialismo e atraíam definitivamente o seu país” (1987, pág.12). Dessa forma, Guevara acreditava que, a partir da experiência cubana, não seria repetido o apoio burguês aos movimentos revolucionários, tendo as burguesias latino-americanas, como um todo homogêneo em interesses, desenvolvido, definitivamente, o caráter reacionário e favorável ao imperialismo estadunidense. Guevara compreendia que poderia haver contradições entre os interesses das burguesias nacionais e do imperialismo estadunidense, “mas, em última análise, ela teme mais a revolução popular que a opressão despótica dos monopólios estrangeiros que colonizam a economia” (LÖWY, pág. 108).

O caráter reacionário da burguesia se contrastava com o caráter revolucionário que a vanguarda deveria possuir, seja enquanto exército rebelde ou partido político.

Para Guevara, a revolução socialista seria realizada a partir de uma vanguarda organizada e o grau de seu sucesso poderia ser medido pelo grau de radicalização de seu caráter revolucionário. Segundo Moniz Bandeira

A Bolívia e a Guatemala foram os laboratórios, cujos ensaios revolucionários escarmentaram-no. Che Guevara, a amargar a facilidade com o que o *putsch* contra Arbenz triunfara, sempre disse que “*Cuba no será otra Guatemala*”, o que repetira, várias vezes, durante conversa com Jânio Quadros, quando este visitou Havana (abril de 1960), ainda como candidato à presidência do Brasil. (1988, pág. 182)

A Bolívia com sua revolução de 1952 e a Guatemala com o governo de Jacobo Arbenz (inserir o ano), foram duas influências relevantes para sua interpretação do papel da vanguarda da luta revolucionária. Guevara visitou a Bolívia no ano posterior a revolução (1953) e acreditava que a revolução poderia resistir aos embates externos, mas se arruinaria internamente por causa de suas dissidências (TAIBO II, pág. 48). Guevara criticou o MNR¹⁶ por não ter ocupado a posição de vanguarda revolucionária, limitando-se a posição de “jacobinos sem burguesia”¹⁷ que lideraram a revolução excluindo a participação popular no governo revolucionário. Assim, a revolução boliviana de 1952



falhou “em consolidar a democracia, implantando um modelo de cidadania corporativa que degenerou em relações clientelistas e autoritárias da sociedade com o Estado” (ROCHA, 2006, pág. 17).

A Guatemala de Arbenz, por sua vez, será uma influência maior e mais complexa. O fracasso do governo de Arbenz, que renunciou sob pressão do exército após sofrer com a intervenção militar estadunidense, o influenciara na compreensão da necessidade vital do caráter radical e revolucionário para a constituição de um governo revolucionário que se dedique efetivamente a realizar transformações nas esferas políticas, econômicas e sociais.

Segundo Besancenot e Löwy,

a estratégia reformista pretende poder aplicar medidas em que pequenas pinceladas, de maneira lenta e progressiva, sem perturbar a ordem social *a priori*. Che descobre, com o balanço trágico do golpe de Estado guatemalteco que derrubou o governo de Jacobo Arbenz, em 1954, que esse procedimento, mesmo quando é sincero, está fadado ao fracasso. (2009, pág. 54)

É nesse contexto de reforma popular e repressão imperialista, mais especificamente a partir dos dois últimos meses do governo de Arbenz (maio e junho de 1954) que, ao não mobilizar o povo contra a invasão do exército particular de Castillo Armas (financiado pelos EUA) e confiar excessivamente no exército regular, Guevara decide ingressar definitivamente na vida política. “Nasci na Argentina, lutei em Cuba, mas tornei-me revolucionário na Guatemala” (GUEVARA *apud* BESANCENOT e LÖWY, 2009, pág. 54)

Conclui-se que tanto o MNR quanto Arbenz foram exemplos de duas vanguardas que fracassaram ao abandonarem seu caráter radical e revolucionário. O MNR se constituiu como um governo reformista que, apesar de permitir alguns avanços sociais, não alterou a esfera econômica, possibilitando a permanência da oligarquia mineira como elite econômica; e o governo de Arbenz, por sua vez, fracassou ao confiar no exército regular e não se apoiar definitivamente nas massas trabalhadoras, possibilitando o restabelecimento da influência estadunidense na esfera política, econômica e militar através do golpe mercenário de Castillo Armas.

Adaptando o marxismo à realidade latino-americana, Guevara compreendia a existência e a capacidade revolucionária do proletariado, reconhecendo, assim, a relevância que o operariado urbano teria para a pretensa revolução socialista, mas, ao interpretar a existência do feudalismo, percebia o subdesenvolvimento industrial atrelado a um “regime agrário de caráter feudal”, o que acarretava a eleição do campesinato como principal sujeito histórico da pretensa revolução latino-americana.



Em *Tática e Estratégia da Revolução Latino-Americana*, escrito entre outubro e dezembro de 1962¹⁸, Guevara cita a *Segunda Declaração de Havana*¹⁹ em resposta à questão central de como realizar a revolução socialista na América Latina.

Em nossos países se juntam circunstâncias de uma indústria subdesenvolvida com um regime agrário feudal. É por isso que, por mais duras que sejam as condições de vida dos operários urbanos, a população rural vive em ainda mais horríveis condições de opressão e exploração; mas é também, salvo exceções, o setor absolutamente majoritário, em proporções que às vezes ultrapassa os 70% das populações latino-americanas. (...) Essas circunstâncias são as que determinam que, na América Latina, a população pobre do campo constitua uma tremenda força revolucionária potencial (*SEGUNDA DECLARAÇÃO DE HAVANA apud GUEVARA, 1981, pág. 48-49*)

Guevara, ao optar por esse fragmento da *Segunda Declaração*, demonstra a interpretação do campesinato enquanto principal sujeito histórico para a revolução latino-americana. A ênfase dada ao campesinato é justificada tanto pela sua capacidade revolucionária do campesinato, oriunda da concentração rural da população latino-americana e da condição de exploração à qual o campesinato estava sujeito, quanto pela finalidade estratégica de defesa militar da guerrilha.

Segundo Guevara, “a eventual destruição dos grupos urbanos não faria morrer a alma da Revolução, sua cheia, que, a partir da fortaleza rural, continuaria catalisando o espírito revolucionário das massas e organizando novas forças para outras batalhas.” (GUEVARA, 1981, pág. 50)

Se a revolução latino-americana seria realizada a partir da guerrilha rural, o campesinato deveria aderir ao movimento revolucionário. Guevara, ao comentar sobre as influências mútuas derivadas do contato entre guerrilheiros e camponeses durante a guerrilha em Sierra Maestra, afirma que

foi assim que pouco a pouco mudaram todos os nossos conceitos. Que nós, filhos da cidade, aprendemos a respeitar o camponês, a respeitar seu sentido de independência, a respeitar sua lealdade, a reconhecer suas aspirações centenárias pela terra que lhes havia sido arrebatada e a reconhecer sua experiência nos milhares de caminhos da montanha. E que os camponeses aprenderam de nós o valor que tem um homem quando em suas mãos há um fuzil e quando esse fuzil está disposto a disparar contra outro homem, por mais fuzis que acompanhem esse outro homem. (GUEVARA, 1987, pág. 51)

A ênfase dada ao campesinato, enquanto sujeito histórico derivado da especificidade oriunda da existência de relações feudais e do subdesenvolvimento industrial, não anulava o relevante papel que o operariado urbano exerceria na pretensa revolução latino-americana. Segundo Guevara,

a classe operária é o motor da Revolução, é sua razão de ser, e ao se estabelecer como decisão fundamental de nosso povo a construção do socialismo, se estabelece também, paralelamente, a ditadura do proletariado, ou seja, a ditadura democrática da classe operária a todos os níveis nos países que ingressam na construção do socialismo. (GUEVARA, 1987, pág. 117-118)



A afirmação de que “a classe operária é o motor da Revolução” parece contradizer a interpretação do campesinato enquanto principal sujeito histórico, mas ao analisarmos a datação (15 de abril de 1952) e o local onde foi proferido (CTC Revolucionária) de tal discurso, compreendemos que tinha como finalidade motivar ideologicamente o operariado ao ressaltar sua relevância para o governo revolucionário.

Longe de se contraporem, somados, o operariado e o campesinato eram os únicos sujeitos históricos capazes de fazer a revolução latino-americana porque diziam respeito a um contexto específico da América Latina, marcado pela prévia incapacidade revolucionária burguesa, pela imobilidade dos PCs, pela numerosa quantidade de trabalhadores urbanos e pela existência da estrutura latifundiária que, ao concentrar vastas extensões de terras, reduzia ou impossibilitava o acesso, por parte do campesinato, à terra, transformando-o em um sujeito histórico desconsiderado pelo socialismo soviético.

Durante a Guerra Fria, a URSS, devido à sua hegemonia no Bloco Socialista e através dos Partidos Comunistas, atuava como detentora do monopólio do direito de fazer a revolução, levando os próprios partidos comunistas à imobilidade à espera da revolução burguesa e boicotando os demais movimentos de esquerda. Nesse ponto, Guevara rompe novamente com o socialismo soviético ao eleger o exército rebelde como a principal vanguarda revolucionária.

Segundo Pericás,

numa realidade onde os PCs do hemisfério comportavam-se de forma tímida, esperando a revolução em vez de fazê-la, temos na guerrilha um substituto dos partidos tradicionais. A guerrilha seria, assim, o partido de vanguarda; um grupo político-militar que, a partir das condições objetivas e subjetivas – mesmo acreditando Guevara que não seriam necessárias todas as condições para uma guerra revolucionária, já que a guerrilha poderia criar algumas delas –, atuaria para pressionar a derrocada do regime atacado e, junto com os camponeses e operários, fazer a revolução. (1999, pág. 152-153).

A face da vanguarda revolucionária se alteraria com o triunfo da revolução. Se durante o período de luta armada a vanguarda foi o exército rebelde, a vanguarda guerrilheira, com o triunfo da revolução e a necessidade da criação de um partido para a administração do novo governo, o exército rebelde emprestaria seus quadros para a formação do partido revolucionário.

O partido revolucionário seria criado segundo a ideologia marxista-leninista e seria o representante do proletariado, tendo, assim, um caráter classicista bem definido. Segundo Che Guevara,

é lógico que esse partido seja de classe. Um partido marxista-leninista não poderia ser de outra maneira; sua missão é busca o caminho mais curto para conseguir a



ditadura do proletariado e seus militantes mais valiosos, seus quadros dirigentes e sua tática saem da classe operária (1987, pág. 12).

Para a criação do partido, Guevara se embasava no *Manual de marxismo-leninismo*, escrito por Otto V. Kuusinen e que tinha como premissa básica a afirmação de que “um partido não pode viver isolado da massa” (GUEVARA, 1987, pág. 12).

Mas do que se ligar à massa, o partido revolucionário deveria direcioná-la objetivando a criação do homem novo através de seu exemplo. Para tanto, “os melhores, os mais puros, os mais humanos que todos os outros, devem ser os quadros de nosso partido.” (GUEVARA, 1987, pág. 17)

Guevara estipulava o avanço progressivo da revolução através do aprofundamento das medidas socializantes que objetivavam o estabelecimento de um regime socialista, em um primeiro momento, e seu desenvolvimento em direção à criação do comunismo.

A revolução tem como objeto alterar a sociedade, mas a perpetuação dessa alteração só é possível através da criação de uma mentalidade social que a interprete como positiva tal alteração. Dessa forma, Löwy afirma que “o sonho de todos os revolucionários, de Rousseau a Lenin, foi de modificar não só o ‘mundo’, mas também o ‘homem’” e completa reiterando que “uma revolução não é autêntica se não for capaz de criar esse ‘homem novo’” (2002, pág. 41).

Para Guevara, o desenvolvimento e a perpetuação do socialismo somente seria possível através da mudança radical na mentalidade social que possibilitasse o estabelecimento de uma nova mentalidade que daria mais relevâncias aos valores morais em detrimento dos valores materiais, através do incentivo, por parte do governo, ao interesse moral em detrimento do material. Sobre essa problemática, Guevara afirma que

são duas coisas que constantemente vão se chocando e vão se integrando dialeticamente no processo de construção do socialismo: por um lado, os estímulos materiais necessários, porque saímos de uma sociedade que não pensava em nada mais que em estímulos materiais e construímos uma sociedade nova sobre a base daquela velha sociedade, com toda uma série de resquícios na consciência das pessoas daquela velha sociedade, e porque ainda não temos o suficiente para dar a cada um segundo suas necessidade (GUEVARA, 1987, pág. 24)

Dessa forma, progressivamente o governo revolucionário deveria influenciar a sociedade cubana sobre a inviabilidade de se construir uma sociedade revolucionária sem haver alteração na sua respectiva mentalidade.

Para Guevara, era através da política que o homem novo seria gradualmente criado, sendo sua adesão ao marxismo e sua postura vanguardista duas premissas básicas que possibilitavam sua respectiva criação. Segundo Che Guevara,



O marxista deve ser o melhor, o mais pleno, o mais completo dos seres humanos, mas, sempre, antes de mais nada, um ser humano; um militante de um partido que vive e vibra em contato com as massas; um orientador que plasma em diretrizes concretas os desejos às vezes obscuros das massas; um trabalhador sofrido que entrega suas horas de descanso, sua tranquilidade pessoal, sua família ou sua vida à Revolução, mas nunca está alheio ao calor do contato humano (GUEVARA, 1987, pág. 18)

No pensamento político de Guevara, a criação do homem novo seria uma etapa necessária para a perpetuação da revolução e o progressivo avanço em direção à construção do comunismo. O homem novo seria o produto final do antagonismo existente entre os valores morais a serem adotados, interpretados como vitais para o bem estar social naquela respectiva sociedade socialista, e os valores materiais a serem repudiados, tidos como representantes da velha estrutura capitalista baseada no individualismo.



Referências bibliográficas

- BARSOTTI, Paulo e FERRARI, Terezinha (1998) “A propósito de Cuba e da revolução”. In: BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luís Bernardo (orgs.). América Latina: história, idéias e revoluções. São Paulo: Xamã
- BESANCENOT, Olivier e LÖWY, Michael (2009) Che Guevara: uma chama que continua ardendo. São Paulo: UNESP.
- GARCÉS, María de Carmen (2011) Conversaciones com Pombo: Combatiente de la guerrilla del Che en Bolivia. Buenos Aires: Colihue.
- GUEVARA, Ernesto (1981) Por uma revolução internacional. São Paulo: Edições Populares.
- GUEVARA, Ernesto (1987) Textos políticos e sociais. São Paulo: Edições Populares.
- LÖWY, Michael (1997) O pensamento de Che Guevara. São Paulo: Expressão Popular.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (1998) De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- PERICÁS, Luís Bernardo (1998) “Guevarismo e os caminhos da revolução.” In: BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luís Bernardo (orgs.) América Latina: história, idéia e revoluções. São Paulo: Xamã.
- PERICÁS, Luiz Bernardo (2008) Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia. São Paulo: Xamã.
- RETAMAR, Roberto Fernández (2006) Pensamiento de Nuestra América: autorreflexiones y propuestas. Buenos Aires: Clacso.
- ROCHA, Maurício Santoro (2007) A outra volta do bumerangue: estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952-2006). Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- TAIBO II, Paco Ignacio (2008) *Ernesto Guevara, também conhecido como Che*. São Paulo: Expressão Popular.



1 Tal livro foi escrito em 1969, mas somente foi publicado no Brasil em 1999 pela Expressão Popular.

2 Período compreendido entre 2/12/1957 – desembarque do iate Gramna em Sierra Maestra, e 1/1/1959 – fuga de Fulgência Batista e tomada do poder em Havana pelo M-26-7

3 Guevara aponta três fatores da excepcionalidade da revolução cubana: a “desorientação dos EUA”; o apoio inicial da burguesia ao movimento revolucionário; e a “proletarização do povo”. Para melhor compreensão ver *Cuba: uma revolução excepcional ou vanguarda da luta anticolonialista* em *Textos políticos e sociais*. São Paulo: Edições Populares, 1987.

4 De modos gerais, Guevara cita como condições objetivas a exploração econômica e repressão por parte do Estado.

5 De modos gerais, Guevara cita como condição subjetiva, ainda pouco desenvolvida na América Latina, a conscientização da possibilidade de triunfo das revoluções nacionais a partir da luta violenta contra o imperialismo estadunidense e seus aliados nacionais.

6 Nesse posicionamento de favorável a qualquer movimento revolucionário, o que abrangia desde maoísta e trotskistas a estalinistas, Guevara rompia com o monopólio soviético do direito a fazer a revolução através de seus PCs.

7 Discurso proferido na XIX Assembléia Geral das Nações Unidas em 11 de dezembro de 1964.

8 “(...) escrito, provavelmente, entre setembro ou outubro de 1966, antes de partir de Cuba para a Bolívia” (MONIZ BANDEIRA, 1998, pág. 570).

9 Destaca-se que o primeiro foi escrito em 1964 e o segundo, em 1966.

10 Não só para Guevara a situação aquela situação era inaceitável, também a era para Fidel Castro porque “se Castro devia aceitar, inevitavelmente, as pressões soviéticas, a presença de Che Guevara convertia-se em um obstáculo.” (GAMBINI *apud* MONIZ





BANDEIRA, 1998, pág. 553)

11 Obviamente que Guevara se refere ao continente americano, africano e asiático. (Ver Guevara 1981, pág. 100-101)

12 “É o caminha do Vietnã; é o caminha que devem seguir os povos; é o caminho que seguirá a América.” (GUEVARA, 1981, pág. 103)

13 Evidentemente que Guevara era marxista, mas carecia de leituras aprofundadas como as de Mariátegui.

14 Ao nos citarmos o “socialismo soviético”, fazemos referencia ao estalinismo, uma vez que a ascensão de Josef Stálin iniciou o processo de “estalinização” do socialismo na URSS sendo caracterizado pelo predomínio do totalitarismo e do culto à personalidade, excluindo progressivamente a contribuição leninista.

15 Desde 1959 o governo revolucionário buscou se aproximar da URSS como medida de sobrevivência frente às agressões estadunidenses e declarando a adoção cubana ao sistema socialista em 1961.

16 *Movimiento de Libertación Nacional.*

17 Tal expressão foi empregada pela socióloga Sílvia Rivera para definir politicamente a atuação dos membros do MNR direção da revolução de 1952. (RIVERA *apud* ROCHA, 2006, pág. 18).

18 Tal artigo foi publicado no dia 6 de outubro de 1968 na revista estatal *Verde Olivo*.

19 A *Segunda Declaração de Havana* foi escrita por Fidel Castro no começo de 1962 como resposta ao embargo estadunidense à Cuba, oficializado pela VIII Reunião de Consulta da OEA, e contou com a modesta colaboração de Juan Marinello e Carlos Rafael Rodríguez com o intuito de suavizar o radicalismo de Fidel, evitando que suas diretrizes colidissem explicitamente com as emanadas por Moscou. (MONIZ BANDEIRA, 1998, pág. 373-374).